

01 de Outubro de 2007

Assentamentos populacionais precários afectam mais a juventude



**Ministro do Urbanismo e Ambiente,
Diekumpuna Sita José**

Luanda, 01/10 - O ministro do Urbanismo e Ambiente, Diekumpuna Sita José, apontou hoje, em Luanda, a juventude como a franja populacional mais afectada pelo problema dos assentamentos precários, vividos nas grandes cidades, tendo apelado a uma maior atenção na estratégia de desenvolvimento urbano.

O pronunciamento consta de uma mensagem do governante, lida pela vice-ministra do pelouro, Carla Leitão, na abertura do II Fórum Urbano Nacional, realizado em alusão ao Dia Mundial do Habitat, comemorado anualmente em todas as primeiras segundas-feiras do mês de Outubro.

Realizado em parceria com o **Programa de Luta contra a Pobreza Urbana (LUPP)** e do Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola, a actividade discutiu temas como "O planeamento Participativo para a requalificação dos assentamentos precários" e "A evolução de Luanda versus assentamentos precários"

"Importa realçar que a juventude apresenta-se como a franja populacional mais afectada pelas consequências deste estado de coisas, devendo, deste modo, merecer especial atenção na estratégia de desenvolvimento urbano" - frisou.

Segunda a responsável, em Angola observa-se, nos últimos 30 anos, o alastramento dos assentamentos informais onde a insegurança consta das preocupações mais prementes dos moradores.

Face a este fenómeno, acrescentou, são visíveis sinais do reforço da capacidade de intervenção dos órgãos de manutenção da ordem pública que deverão ser completados pelo engajamento dos outros sectores governamentais e a colaboração das comunidades locais.

Segundo Carla Leitão, com a aprovação recentemente pela Assembleia Nacional da Lei Base do Fomento Habitacional constitui-se o alicerce fundamental para viabilizar o fomento habitacional de interesse social.

Em obediência aos princípios básicos e recomendações contidas no documento, acrescentou, o Governo trabalha agora na finalização do quadro regulamentar necessário para a rápida operacionalização desta Lei.

Para este ano, as Nações Unidas escolheram para reflexão o lema: "Uma Cidade Segura é Uma Cidade Justa, colocando a delinquência e a violência urbana no centro das preocupações dos Governos comprometidos.

Na sua mensagem por ocasião da efeméride, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, referiu que hoje estima-se que metade da humanidade vive nos centros urbanos e a tendência da concentração demográfica mundial indica que dois terços da população poderá viver nas áreas urbanas até 2030.

O Fórum Urbano Nacional é um espaço privilegiado de diálogo, aconselhamento e engajamento entre o Governo e os vários sectores da sociedade civil e agências de desenvolvimento em torno das grandes questões urbanas, visando sensibilizar e encorajar a reflexão sobre o poder das cidades como impulsionadoras do desenvolvimento nacional. Realizado em parceria com o **Programa de Luta contra a Pobreza Urbana (LUPP)** e do Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola, a actividade discutiu temas como "O planeamento Participativo para a requalificação dos assentamentos precários" e "A evolução de Luanda versus assentamentos precários"

Leia mais:

Estudo de Ordenamento do Território a escala provincial em fase de finalização

Luanda, 01/10 - O Ministério do Urbanismo e Ambiente está a finalizar um estudo de ordenamento do território da escala provincial, visando alcançar nos próximos três anos a cobertura a nível territorial nacional, importante instrumento de apoio à decisão sobre as opções estratégicas do desenvolvimento urbano a longo e médio prazo.

A revelação consta de uma mensagem do ministro, lida pela vice-ministra, Carla Leitão, na abertura do II Fórum Urbano Nacional, decorrido no Hotel Alvalade, em Luanda.

Segundo a vice-ministra, neste momento falta apenas a conclusão do estudo diagnóstico da situação do ordenamento do território nas províncias do Bié, Kwanza Norte, Kwuanza Sul, Malanje e Uíge.

Fez saber que o Ministério do Urbanismo e Ambiente finalizou um estudo conceptual do sub-programa de capacitação de gestores técnicos nos municípios, visando fundamentalmente assegurar a elaboração e implementação de instrumentos de gestão integrada do território que inclui a formulação dos Planos Directores Municipais, Urbanísticos, Regulamentos e Procedimentos.

Considerou pertinente o fortalecimento das capacidades de intervenção das administrações municipais com a introdução cada vez mais do cidadão nos processos de decisões sobre o desenvolvimento local.

A medida, segundo a responsável, enquadra-se num programa piloto de reforço de desconcentração e descentralização administrativa levado a cabo pelo Ministério da Administração do Território e recentemente aprovado pelo Conselho de Ministros.

Acrescentou que foram já lançadas as bases de assistência técnica aos governos provinciais e Administrações Municipais no processo de constituição e valorização das reservas fundiárias para fins urbanísticos e em especial para o Fomento da Habitação Social, como forma de incentivar as iniciativas de auto-construção dirigida.

"Considero ainda pertinente, aproveitarmos esta oportunidade para aprofundar a reflexão sobre a problemática de regularização fundiária nas áreas peri-urbanas assim como a procura de soluções mais apropriadas para o melhoramento das condições de habitabilidade nos musseques antigos" - frisou.

Carla Leitão fez votos de que o fórum possa contribuir na preparação da estratégia global de governação urbana e gestão participativa.